

## ENUNCIADOS CONDICIONAIS, CONTRASTIVOS-CONCESSIVOS E EXPLICATIVOS-CAUSAIS: UMA VISÃO PRAGMÁTICA

Maria do Carmo Fernández  
Maria das Graças Ferreira  
Maria Lúcia Almeida  
PUC/RJ

### RESUMO

O objectivo de nossa comunicação consiste em reanalisar alguns processos tradicionalmente considerados como sendo de coordenação e subordinação sob a ótica da linguística pragmática. São estudados enunciados condicionais, contrastivos-concessivos e explicativos-causais.

Num primeiro momento, avaliamos propostas de gramáticos normativos e de estudiosos de gramática gerativo-transformacional em relação aos processos mencionados. Constatamos a insuficiência de tais abordagens, em função de a sistemática de análise situar-se ao nível sentencial. Embora haja fatores importantes no plano da frase, não ficam aí restritos; remetem ora ao enunciado, ora à enunciação. Um estudo limitado ao campo sentencial impede uma visão completa e dinâmica do funcionamento dos processos.

Pudemos perceber que a construção condicional, ao nível do enunciado, estabelece relação entre fatos denotados pelo antecedente e conseqüente, normalmente em função de um tópico discursivo e das escolhas dos conseqüentes pelo falante. Ao nível da enunciação, persistem as ligações em termos de tópicos de conversação, mas há sempre uma situação de diálogo, seja ela hipotética ou não. Há

ainda um outro uso, especificamente do *se*, que não é condicional, mas simplesmente argumentativo, o de operador discursivo.

Por se remeterem de modo especial à enunciação, os enunciados contrastivos-concessivos se prestam de modo especial a uma análise de aspectos pragmáticos. A literatura já se encarregou de ver as restrições de uso do "mas" e do "embora" (Van Dijk, 1977, 212), seu funcionamento como operador argumentativo (Ducrot, 1980 e Guimarães, 1981) e ainda os efeitos de sentido decorrentes da escolha do conectivo (Chevalier). A nós interessou relacionar o discurso articulado por "mas" com o discurso autoritário em contraposição ao discurso articulado por "embora" visto como um discurso polêmico.

Interessou-nos também distinguir o emprego de "mas" do emprego de "no entanto", "contudo", "entretanto" que se usam preferentemente no encadeamento das partes do discurso.

A análise feita com os enunciados explicativos-causais permitiu-nos concluir preliminarmente que três factores pragmáticos apontados por Dunbar (1985) na sua análise das construções em alemão funcionam igualmente em português restringindo a hipotaxe (a saber: presença da informação nova, abertura de tópico, empatia do falante). Além disso, pareceu-nos claro que o "porque" desempenha papéis discursivos diferentes de acordo com as suas características facilitadas pela construção do texto: se hipotático, se paratático. No primeiro caso, ele continua o desenvolvimento do tema em questão; no segundo, ele abre um novo tópico dentro do encaminhamento do discurso. As diferentes funções discursivas do "porque" implicam diferentes *status* das orações em relação ao discurso. No primeiro grupo, as orações se articulam ao nível do enunciado; no segundo, articulam-se semanticamente, tornando o texto coeso ao nível da enunciação.

Procuramos, portanto, mostrar que só o nível do discurso permite abarcar todas as questões relativas ao funcionamento dos processos enfocados. Esta abordagem se apoia nas linhas teóricas desenvolvidas por Van Dijk (1977), Ducrot (1980), Koch (1984), Martiessen & Thompson (1985) e se aplica a realizações escritas e orais da língua portuguesa.

## 1. APRESENTAÇÃO

O objectivo da nossa comunicação consiste em reanalisar alguns processos tradicionalmente caracterizados como sendo de coordenação e subordinação, sob a ótica da linguística pragmática. São estudados os enunciados condicionais, contrastivos-concessivos e explicativos-causais.

As propostas de estudo dos processos mencionados, tanto dos gramáticos normativos como dos estudiosos de gramática gerativo-transformacional revelaram-se insuficientes. A inadequação é provocada por dois factores: a heterogeneidade de critérios adotados - funcional, sintático e semântico - na abordagem normativa basicamente pelo estabelecimento da frase como unidade de análise em ambos os enfoques. Não se nega, evidentemente, a importância dos factores que existem neste nível, mas acreditamos que um estudo limitado ao campo sentencial impede uma visão completa e dinâmica do funcionamento dos processos. Acreditamos que só o nível do discurso abarca todas as questões existentes. É a partir desta perspectiva comum - o discurso enquanto unidade de análise que os estudos reunidos nesta comunicação tentam trazer alguma contribuição.

De acordo com a nossa abordagem teórica, procuramos pensar como, nos atos de linguagem, se produz o sentido de enunciados pela relação entre a linguagem e os homens (enunciação como entidade pragmática).

Se considerarmos que uma frase consiste num conjunto de instruções para a sua interpretação, comportando uma série de vazios que serão preenchidos a partir da situação de enunciação, verificamos que as possibilidades de leitura de uma frase podem variar com as intenções do falante e as circunstâncias de produção.

Alguns fatores interferem na relação entre o texto e o evento que constitui sua enunciação. Seriam, basicamente:

1. as pressuposições;
2. as intenções explícitas ou veladas do locutor;
3. os modalizadores que revelam sua atitude perante o enunciado que produz;
4. as imagens recíprocas que se estabelecem entre os interlocutores e as máscaras por eles assumidas no jogo das representações. É, finalmente, o que mais nos interessa, os operadores argumentativos responsáveis pelo encadeamento dos enunciados, estruturando-os em textos e determinando a sua orientação discursiva.

Dentre os fatores mencionados cabe-nos ressaltar a pressuposição, como um dos factores constitutivos do sentido dos enunciados. A polémica a respeito do que seja pressuposição é ampla e sua caracterização tem sido constantemente revista. Em linhas gerais, este factor tem sido operacionalizado no sentido de:

- a) mostrar as relações entre subentendido e pressuposição;
- b) mostrar os níveis de situação tanto do subentendido quanto da pressuposição: se inscritos na enunciação ou no enunciado;
- c) descrever a pressuposição como um tipo particular de ato ilocucionário.

Persiste, no entanto, a idéia de que "pressupor é estabelecer o quadro do discurso, os limites dentro os quais o discurso deve se dar".

Se o foco de nossos estudos são os enunciados introduzidos

pelas tradicionalmente chamadas conjunções, coordenativas e/ou subordinativas - numa abordagem teórica em que o discurso é a unidade de análise, algumas questões básicas se colocam:

- 1) qual o uso que delas faz a língua?
- 2) é possível a apreensão de regras de uso?
- 3) o que estes operadores têm em comum?
- e 4) em que se distinguem uns dos outros?

Para responder a estas interrogações, não consideraremos somente os operadores mas também as propriedades sintático-semânticas das construções a que estes relatores estão regularmente associados. Para isto, examinaremos o funcionamento das expressões em diferentes tipos de manifestação linguística, entrevistas orais, produções espontâneas e textos jornalísticos.

As contribuições aqui apresentadas, sendo um trabalho coletivo, nas abordagens dos diferentes tipos de enunciado, não seguem evidentemente uma orientação teórica uniforme mas adotam aparatos conceituais apropriados.

## 2. Análise de dados

### 2. A. Usos da condicional

Os estudos linguísticos têm apresentado diferentes visões em relação às construções linguísticas com *se*.

Elas têm sido tratadas com um mini-diálogo em que a oração condicional introduz ora uma hipótese (Ducrot, 1977) ora um pressuposto (Haiman, 1978) inscrevendo-se, assim, no âmbito da enunciação. Podem ainda ser vistas como não pertencentes aos atos de fala, mas sim aos atos referidos na oração principal (Dijk, 1977).

Com o objetivo de verificar como é usada a construção condicional, foram examinados textos jornalísticos. Da amostra analisada, retiremos alguns, representativos do uso:

1.a Telê disse que se fosse feita uma pergunta aos jornalistas presentes sobre quem seria o melhor cobrador de pênaltis do Brasil, todo o mundo indicaria Zico. E diria ainda que Sócrates é um dos melhores.

- Infelizmente, os dois perderam pênaltis.

1.b Agripino se disse preocupado, de uma maneira geral, com o abuso do poder econômico:

- Se as lideranças políticas tradicionais não se unirem para denunciar a compra de votos, aqui ou ali, a Assembleia Constituinte poderá se converter no cenário dos mais incríveis lobbys.

Nos fragmentos de texto acima, há sempre uma situação de diálogo, seja ela hipotética ou real.

Em 1. a. Telê coloca uma possível situação em que uma pergunta seria feita aos jornalistas (talvez por ele mesmo) e a provável resposta a ser dada à mesma.

Em 1. b. Agripino remete o seu "recado" às lideranças políticas.

Por outro lado, "pede-se ao ouvinte que imagine "p" e conclua "q".

(1. a) p - Se fosse feita uma pergunta aos jornalistas...  
q - Todo mundo indicaria Zico. E diria que Sócrates...

(1. b) p - Se as lideranças políticas  
q - A Assembleia Constituinte...

Todos os discursos possuem carácter persuasivo, inclusive com a resposta já pronta para o interlocutor.

Há casos, porém, em que a marca do interlocutor não está presente no enunciado. É claro que há um leitor implícito, em potencial, que é o leitor do jornal, mas a articulação dos fatos pela condicional está, predominantemente a nível da frase e do texto.

(1. c) Se o presidente José Sarney não segurar a turma de candidatos a membros de sua comitiva na viagem a Roma, vai arrastar atrás o maior séquito já formado no Brasil em deslocamento do gênero.

(1. c) Antes do jogo, Cartier pensava no que estaria acontecendo em Paris naquele momento. "Nada. Alguns vão assistir ao jogo e, se a França vencer desligam a televisão e pronto."

(1. e) Se a coligação com o PMDB foi invalidada pela resistência de Arrais a um acordo que significasse qualquer participação do PDT na majoritária, o PFI se desiludiu depois que Brizola disse a Magalhães, há dez dias no Rio, que o partido decidiu-se pelo candidato próprio e respeita esta decisão.

Em 1. c. a condicional articula o contexto extralinguístico para completar a sua informação; em 1. d., a condicional liga fatos em nível da frase ou do período. (1. e.) difere totalmente dos casos anteriores. O *se*, neste caso, em vez de relacionar fatos que envolvam condição, causa e consequência, tem o papel de um operador discursivo no texto argumentativo, estabelecendo relação entre tópicos que estão ligados ao tema principal do texto: a decisão do PDT de ter candidato em Pernambuco.

Em relação à questão tópico discursivo, há que se notar que não há implicação lógica nem necessária entre antecedentes e consequentes nos enunciados citados. O nexos entre os dois componentes da condicional dá-se em função do tópico de conversação e da escolha do falante por determinado consequente.

## 2. USOS DAS CONTESTATIVAS-CONCESSIVAS

Nos enunciados contrastivos-concessivos, as relações semânticas nem sempre estão implícitas no enunciado. Muitas vezes elas são deduzíveis da situação. Quer num caso como no outro, observamos que a relação de oposição se faz em função de um conhecimento compartilhado pelos interlocutores que lhes permite

reconhecer as condições adequadas de contraste. Por exemplo, quando, no Brasil, se produziu o "slogan" "Hei-de vencer como professor", o contraste existente é respaldado pela opinião pública.

Os enunciados contrastivos-concessivos, por se remeterem de modo especial, à enunciação, se prestam de modo especial também a uma análise dos seus aspectos pragmáticos.

A literatura já se encarregou de ver as restrições do uso do "mas" e o "embora" (Van Dijk, 1977), seu funcionamento como operador argumentativo (Ducrot, 1980 e Guimarães, 1981) e ainda os efeitos de sentido decorrente da escolha do conectivo feito (Chatelier).

A nós interessa relacionar o discurso articulado por *mas* com o discurso autoritário em contraposição ao discurso articulado por *embora*, visto como discurso polémico.

Interessou-nos também distinguir o emprego do "mas" do emprego de "no entanto", "contudo", "entretanto", que se usam preferentemente no encadeamento das partes do texto.

Os dados examinados (língua falada e trechos de média escrita) mostram que os discursos apoiados em *mas* estabelecem não uma relação de interação mas de domínio de um falante sobre outro. A argumentação através de "mas" mostra também que o interlocutor, com seus contra-argumentos, não é levado em conta. O que prevalece na interlocução é a fala de A, restando a B ser influenciado por ele.

Como exemplo, retiramos do corpus, um trecho do texto "Coronelismo por computador" publicado no semanário de maior circulação no Brasil. Este texto optou exclusivamente por enunciados contrastivos-concessivos introduzidos por "mas", diminuindo o espaço de uma argumentação polémica. Observemos a passagem:

(2. a) Os governos promovem campanhas de vacinação em massa, patrocinam a obrigatoriedade do ensino, mas nunca ofereceram transporte gratuito para os milhões de crianças e jovens que se deslocam de suas casas para o posto de vacinação ou para o prédio escolar.

O autor do texto não se valeu nem uma vez do *embora*. Toda a sua argumentação é feita com o objectivo de levar o leitor a não tirar uma conclusão favorável a respeito do governo. Não há espaço neste



tipo de argumentação para o "embora", pois o discurso que nele se apoia recupera o jogo de interlocução, apesar de o locutor se dar o direito de impor restrições à fala do interlocutor.

O "porém", depois de "mas", é o conectivo mais usado para estabelecer oposição entre orações. Nota-se, ainda, que ao lado de "no entanto", "contudo", o "porém" pode funcionar como elo de ligação entre partes do texto, quase sempre para indicar mudança de interlocutores ou de pontos de vista. Por exemplo:

(2. b) Em Mambucaba, as crianças mais novas, alheias às preocupações dos pais, brincam de pique e de roda em torno de instrumentos de medição radiológica. A professora Maryam Salomão, porém, garante que a questão da usina vem sempre à baila entre os adolescentes.

(2. c) "A audiência em Roma será mais um desabafo do presidente sem qualquer resultado prático", prevê um ministro. Sarney, no entanto, parece disposto a tentar a sorte".

Em (2. b), "porém" contrasta a fala da jornalista sobre a tranquilidade das crianças, com a fala da professora sobre a preocupação dos adolescentes.

Em (2. c), "no entanto" contrasta a fala de um ministro sobre a inutilidade da ida do Presidente ao Papa, com a inferência ao jornalista em relação à posição de Sarney de tentar a sorte.

Acreditamos que esses conectivos funcionam especificamente como articuladores do discurso, processando etapas, mudando interlocutores, opondo não consequências inesperadas a esperanças, mas pontos de vista que envolvem ratificação, refutação, ampliação, etc... Tanto "porém" como "contudo" e "no entanto" equivalem à expressão "por outro lado", já que procuram apresentar o outro lado da questão.

### 3. O USO DAS EXPLICATIVAS-CAUSAIS

A questão dos enunciados explicativos-causais traz em seu âmago a questão do modo de encadeamento das orações se coordenado ou se subordinado.

A moderna literatura, além de mostrar a impossibilidade de definir ou mesmo caracterizar a subordinação no nível estritamente sentencial, mostra que a oração subordinada é a gramaticalização de propriedades gerais de estrutura hierárquica do discurso (Mathiessen & Thompson, 1985). Se a gramática é interpretada em termos funcionais, tenta-se encontrar correlatos semântico/discursivos para as categorias gramaticais propostas. Ao mesmo tempo, é necessário especificar a que nível a caracterização se aplica: se ao semântico-discursivo ou se ao gramatical.

Por outro lado, aceitamos também que o contexto discursivo determina a estrutura gramatical condicionada por pelo menos três fatores pragmáticos (Dunbar, 1985).

- a) a falta de material proposicional do discurso;
- b) troço de tópico e
- c) empatia do falante.

Vemos, portanto, que não se pode analisar fenômenos a nível sintático sem se levar em conta o contexto discursivo e, mais, que o componente sintático tem como adicional uma função pragmática-discursiva.

O estudo dos enunciados causais e explicativos foi realizado tendo por base uma estrutura discursiva pouco estudada, o diálogo, que tem sido aceite como uma única unidade ininterrupta do ponto de vista coesivo, limitada pela ausência de fala anterior e posterior (Ogokabe, 1978, Geraldi, Guimarães e Hari, 1985) embora seu processo de construção se caracterize pela presença de mais de um locutor. Dentro desta abordagem, as conjunções terão, além da sua função gramatical, e de operadores discursivos e as noções de dado/novo e de posto/presuposto poderão ser consistentemente apreciadas. Identificamos, em uma hora de gravação, 90 orações iniciadas por porque (apresentando, às vezes, a variante que) que analisamos segundo os fatores já especificados. Assim sendo, verificamos que a presença da informação velha restringe a utilização da parataxe e, conseqüentemente, do porque explicativo. Observemos o exemplo:

(3. 1) (E: mecânico de voo era uma profissão que começou com os aviões grandes?)

F.: É, começou aumentando com o tamanho do avião. Não, porque é o seguinte: o DC3, os aviões anteriores de... inclusive o DC3 era o avião que necessitava apenas de duas pessoas.

Oponha-se a esta a passagem (3. 2). O discurso continuou evoluindo em função do mesmo tema: mecânico de voo, porém não é acrescentado nenhuma informação nova.

(3. 2) Hoje em dia não seria mais necessário um mecânico de voo porque não teria mais razão de ser.

Em (3. 1) teríamos um porque explicativo e em (3. 2), um causal.

Verificamos ainda que o dado muitas vezes pode estar presente sob a forma de lugar comum, preenchimento de expectativa ao interlocutor, conhecimento compartilhado.

Exemplo:

3. 3. (E.: Seria por causa do nosso analfabetismo, né?)

F.: ...os estudantes universitários tem uma participação política muito grande... também porque eles estudaram. Eu tenho um exemplo muito grande na minha família. Não na minha família, porque não é directamente ligado com a minha família, porque é- é- uma prima da Guiomar.

Temos então que a presença do dado (os estudantes porque estudaram são participantes, renovadores) condicionando a hipótese. Por outro lado, o segundo porquê produzido pelo falante neste trecho além de introduzir uma informação desconhecida do interlocutor - a contextualização do indivíduo representativo da situação que o falante quer - promove um desvio do rumo principal do discurso, a participação política. Este desvio, embora esteja subordinado ao tema, pois se assim não fosse o texto perderia a sua coesão, não deixa de ser uma degressão, abrindo um novo tópico a nível do enunciado.

Finalmente, surge o terceiro fator: a empatia do falante. Na situação de tentar estabelecer diferença entre Novo Leblon e Mérier, Zona Sul e Zona Norte, o informante justifica-se após uma sé-

rie de hesitações, falando da sua ligação afetiva com a Zona Norte e não estabelece a diferença pedida. A oração (3. 4) então é iniciada com o porquê paratático.

(3. 4) F.: Bom, a gente nem pode comparar o Mériier ao Novo Leblon, né.

Eu acho que o - Hoje em dia ou a gente -

Porque eu era muito ligado à zona norte.

Então, a gente nem enxerga muita coisa, né?

Parece-nos claro que as observações, que foram aqui sintetizadas, sugerem indicar que o porquê desempenha diferentes papéis condicionados pela construção do texto, se hipotático, se paratático.

No primeiro caso, ele continua o desenvolvimento do tema em questão; no segundo ele abre um novo tópico dentro do encadeamento do discurso.

As diferentes funções discursivas do porquê implicam diferentes status das orações em relação ao discurso. No primeiro grupo, as orações se articulam a nível do enunciado. No segundo, articulam-se semanticamente tornando o texto coeso ao nível de enunciação.

### 3 - CONCLUSÃO

O estudo feito mostra que a construção condicional ao nível do enunciado, estabelece relação entre os fatos denotados pelo antecedente e conseqüente, normalmente em função de um tópico discursivo e das escolhas dos conseqüentes pelo falante. Ao nível da enunciação, persistem as ligações em termos de tópicos de conversação, mas há sempre uma situação de diálogo, seja esta hipotética ou não. Há ainda um outro uso, especificamente do se, que

não é condicional, mas simplesmente argumentativo, o de operador discursivo.

Por se remeterem de modo especial à enunciação, os enunciados contrastivos-concessivos se prestam de modo especial a uma análise de aspectos pragmáticos. A literatura já se encarregou de ver as restrições de uso do "mas" e do "embora" (Van Dijk, 1977, 212), seu funcionamento como operador argumentativo (Ducrot, 1980 e Guimarães, 1981) e ainda os efeitos de sentido decorrentes da escolha do conectivo por "mas" com o discurso autoritário em contraposição ao discurso articulado por "embora" visto como um discurso polêmico. Interessou-nos também distinguir o emprego de "mas" do emprego de "no entanto", "contudo", "entretanto" que se usam preferentemente no encadeamento das partes do discurso.

A análise feita com os enunciados explicativos-causais permitiu-nos concluir preliminarmente que três fatores pragmáticos apontados por Dunbar (1985) na sua análise das construções em alemão funcionam igualmente em português restringindo a hipotaxe (a saber: presença da informação nova, abertura de tópico, empatia do falante). Além disso, pareceu-nos claro que o "porque" desempenha papéis discursivos diferentes de acordo com suas características facilitadas pela construção do texto: se hipotático, se paratático. No primeiro caso, ele continua o desenvolvimento do tema em questão; no segundo, ele abre um novo tópico dentro do encaminhamento do discurso. As diferentes funções discursivas do "porque" implicam diferentes status das orações em relação ao discurso. No primeiro grupo, as orações se articulam ao nível do enunciado; no segundo, articulam-se semanticamente, tornando o texto coeso ao nível da enunciação.

Procuramos, portanto, mostrar que só o nível do discurso permite abarcar todas as questões relativas ao funcionamento dos processos enfocados. Esta abordagem se apóia nas linhas teóricas desenvolvidas por Van Dijk (1977), Ducrot (1980) Koch (1984), Marttiessen & Thompson (1985) e se aplica a realizações escritas e orais da língua portuguesa.

## 5 - BIBLIOGRAFIA

- Almeida, N. M. de. Gramática metódica da língua portuguesa. 33a. ed. S. P., Saraiva, 1985.
- Aulete, Caldas. Dicionário Contemporâneo da língua portuguesa. Rio, Delta, 1958.
- Bechara, E. Estudos sobre os meios de expressão do pensamento concessivo em português. Rio, 1960.
- Bechara, E. Lições de Português pela Análise Sintática. ed. Fundo de Cultura. Rio, 1960.
- , Moderna Gramática Portuguesa. Cia. Ed. Nacional, 19a. ed., S. P.
- Brito, Paulo, Necessitação e condicionalidade. texto datilografado.
- Câmara, Jr., J. M. Dicionário de filosofia e gramática. 5a. ed. Rio, J. Ozon, s/d.
- Chevalier, Jean Claude; Garcia, Claudine; Leclair, Anne. Quelques éléments pour une étude de la concession. Pratiques.
- Cunha, C. F. da. Gramática da língua portuguesa. 4a. ed., Rio, FENAME, 1977.
- Dijk, Teun. A. Van. Text and context: exploration in the semantics and pragmatics of discourse. London, Longman, 1977.
- Dunbar, Ronald W. Context and Syntax: The effect of discourse pragmatics on clause structure in German. In Beyond the sentence, 1985.

- 
- Dubois, J. et Sumpe, J. Analyse du discours. *Langages*, Mars, 1979.
- Ducrot, O. L'énonciation, 1980. Mimeografado.
- . **Princípios de semântica linguística (dizer e não dizer)**  
S. P., Cultrix, 1977.
- Garcia, O. M. **Comunicação em prosa moderna**. Rio, FGV, 1980.
- Geraldi, J. W. Notas para uma tipologia linguística dos períodos hipotéticos. *Português: Estudos linguísticos - Série Estudos - 7*. Uberaba, 1981, p. 72-85.
- Guimarães, E. R. J. Argumentação e pressuposição. *Anais do V Encontro Nacional de Linguística*. Rio, DIE/PUC-RJ, out. 81a. - V. II.
- . Algumas considerações sobre a conjunção embora. *Português: Estudos linguísticos - Série estudos - 7*. Uberaba, 1981, p. 86-94.
- . Foco e pressuposição. *Série Estudos - 7*. Uberaba, 1978 p. 11-29.
- Haimen, John. Conditionals are topics. *Language*, 54 (3): 564-89, sep. 1978.
- Jones, Edward E. e Gerald, Harold B. Dyordic. Interaction: a conceptual frame work. In: *Foundations of social psychology*. New York, John Wiley, 1967, p. 505-13.
- Koch, Ingedore. C. Vollaça. **Argumentação e linguagem**. S. P., Cortez, 1984.
- Leale, N. **Análise Sintática**. S. P., Ática, 1984.

- 
- Matthiessen & Thompson. The Structure of Discourse and "Subordination". Prepared for Clause Combining in Discourse and Grammar, ed. by John Haiman and Sandra A. Thompson, 1985.
- Oiticica, José. Manual de análise (léxica e sintática) 5a. ed. Rio, Francisco Alves, 1940.
- Pereira, M. das C. D. Critérios de classificação de modos na língua portuguesa. Rio, PUC/RJ, 1978. (trabalho final do curso: Língua Portuguesa - Tempo, modo e aspecto - Mestrado em Língua Portuguesa).
- Pereira, M. das C. D. e Palma, M. L. C. Caracterização do tempo presente em uma tipologia do discurso. Rio PUC/HJ, 1979 (trabalho final do curso Semântico II - Mestrado em Língua Portuguesa).
- Pinheiro, M. E. de S. C. Os períodos hipotéticos: uma análise pressuposicional. Dissertação de Mestrado. Depto. de Letras e Artes, 1980.
- Rocha Lima, C. H. da. Gramática normativa da língua portuguesa. 23a. ed. rio, José Olympio, 1983, p. 246-58.
- Said Ali. Gramática secundária da Língua Portuguesa. 7a. ed., Melhoramentos, 1966.
- Schmidt, Siegfried. J. Linguística e teoria do texto. S. P., Pioneira, 1978.
- Silva, M. C. P. de Souza e Koch, I. V. Linguística aplicada ao português: Sintaxe S. P., 1983.
- Simonin - Grumbach, J. Pour une typologie des discours. In: Langue, discours Société. Paris, Éditions du Seuil, 1975.



---

Todorov, T. e Ducort, O. **Dicionário enciclopédico das ciências de linguagem.** S. P., Perspectiva, 1977.